

Relatório de actividades 2004

1 - Introdução

Como já vai sendo hábito, a actividade de 2004 divergiu do plano de actividades proposto, este facto deve-se essencialmente:

-1º da nossa actividade depender, em termos de recursos humanos, da disponibilidade essencialmente dos membros da direcção, os quais, este ano, e por motivos de ordem diversa, não puderam prestar o seu apoio de forma regular.

-2º do facto das actividades que exigem investimento financeiros "significativos" estarem dependentes de subsídios, uma vez que a Associação não tem fundo de maneo. Neste sentido o facto das verbas tanto da Autarquia como da Junta de Freguesia terem sido só disponibilizadas no mês de Dezembro, acabou por implicar, só por si, um atraso na execução de algumas actividades.

-3º da especificidade da nossa actividade bem como das limitações que advêm da nossa pouca experiência:

- . são muitas vezes os acontecimentos, ou os factos encontrados numa investigação, mais do que o plano, que determinam a nossa actividade.
- . muitas vezes um resultado objectivamente palpável (e nos casos que se consegue!) só é possível após um investimento significativo de horas de trabalho.

Apesar de tudo o que foi atrás referido, o balanço continua a ser positivo.

2-Actividades constantes do plano realizadas ou iniciadas

2.1 Património construído

2.1.1 Quinta de valflores

2.1.1.1 Estudo e divulgação

Monografia

Em sequência do plano de actividades entregue na C.M.Loures, esta convocou-nos para uma reunião na qual fomos informados que era intenção da Autarquia assegurar tanto a realização do estudo aprofundado sobre Valflores, como assumir a sua publicação. Para tal deveria a ADPAC fornecer a informação da estimativa dos custos da edição (que entretanto já realizara) e do valor com que a Junta de Freguesia pretendia participar o projecto. Esta última informação e apesar de vários contactos, ainda não foi possível obter, por escrito, razão pela qual ainda não foi dado andamento ao processo.

Entretanto fomos mantendo contactos regulares com o coordenador deste projecto-arq^o João Vieira Caldas, bem como demos continuidade à recolha de informações, essencialmente junto da comunidade local.

Outros

Continuámos a ser contactados por estudantes, que pretendiam executar investigação sobre a Quinta de Valflores. Prestámos-lhes informações, fornecemos documentação e acompanhámo-los em visita ao imóvel.

2.1.1.2 Defesa e Salvaguarda

Contactos com o IPPAR

-Foram efectuados contactos com o IPPAR, para tentar obter informações sobre o andamento do processo relativo "às obras coercivas". Em Dezembro deste ano conseguimos obter a informação que o assunto, devido à sua complexidade, estava para análise no sector jurídico.

Contactos com a Autarquia

Em Abril tivemos conhecimento que a Câmara tinha entrado em contacto com o Instituto de Estradas de Portugal para, em conjunto com os promitentes proprietários e com o IPPAR, tentarem retomar as negociações da proposta de protocolo, elaborada em 1998. Apesar de nos mostrarmos interessados em participar das reuniões, tal facto não foi aceite. E, tanto quanto conseguimos saber, o assunto acabou por não ter seguimento.

Contactos com a Jodipe

Mantivemos um contacto regular com os promitentes proprietários no sentido, tanto de tentar acompanhar a evolução do processo de concretização de compra, como para tentar saber das suas intenções futuras, para a propriedade. A Jodipe disponibilizou-se para, após a efectivação do negócio, formar em conjunto com a ADPAC um grupo de trabalho, para tentar encontrar uma solução para Valflores, uma vez que não tinham qualquer projecto para o imóvel.

Outros

.Efectuámos visitas periódicas ao edifício:

-em Março detectámos a "cedência" de uma lage do piso intermédio e após informação à Jodipe e ao IPPAR (e por aconselhamento deste), contactámos a *Construtora Vila Franca*, que de imediato procedeu ao reforço do escoramento efectuado anteriormente.

-em Julho detectámos que as portas e janelas tinham sido arrombadas, pelo que avisámos igualmente o promitente proprietário e solicitámos, verbalmente, à Autarquia, após termos tido autorização da Jodipe, que os elementos arquitectónicos "soltos da estrutura" ficassem à sua guarda(sem efeito prático).

.Tentámos, em sequência da comunicação que fomos mantendo com os promitentes proprietários, encontrar eventuais interessados no edifício. Promovemos o contacto entre estes e a Jodipe. Nenhum dos casos acabou por ter seguimento.

2.1.2 Igreja Matriz

2.1.2.1 levantamento de informação e divulgação

Fizemos recolha de informação sobre a igreja e entregámos cópias ao Sr. padre Artur. Igualmente averiguámos a possibilidade da igreja estar aberta, fora das horas de culto, para visitas . Fomos informados que já estava a ser planeado, por "questões internas" a sua abertura em todos os dias úteis de manhã, facto que se passou a verificar a partir de meados deste ano. Estamos igualmente a estudar a hipótese da sua abertura aos domingos à tarde e a realização, eventualmente, de algumas actividades culturais como forma de angariação de fundos

2.1.2.2 Defesa e Salvaguarda

Obras de conservação na capela dos Barros

Reunimos com o padre responsável pela paróquia, que demonstrou estar empenhado para que as obras na Capela dos Barros se realizem a curto prazo, tendo-nos informado que já tinham 50% da verba necessária e estavam a desenvolver contactos para obter o restante. Alertámos para a importância da capela e para os cuidados e procedimentos que teriam que ser seguidos

Planeamentos de acções de avaliação das condições de segurança do edifício e do estado de conservação dos bens móveis

Fizémos contactos com a directora do museu do Instituto Superior de Policia Judiciária e Ciências Criminais, coordenadora do projecto "Igreja Segura" no sentido da nossa igreja se candidatar. Tal facto não foi possível uma vez que já tinha sido escolhida a igreja da diocese de Lisboa. Ficou, no entanto, em aberto a possibilidade de se realizarem algumas iniciativas avulso, nomeadamente a formação de vigilantes e a avaliação do estado de segurança física e ambiental do edifício. Tomámos também conhecimento da necessidade de actualizar o inventário dos bens móveis e eventualmente fazer uma avaliação do seu estado de degradação. Estas informações foram transmitidas ao Sr. Padre Artur e estamos neste momento a estudar a forma de as operacionalizar.

Bens móveis retirados, em meados do sec.xx, da igreja

Relativamente às informações recolhidas junto da população que, nos anos 50 do sec.XX, teriam sido levados alguns bens móveis da igreja, conseguimos confirmar, através do responsável da igreja, que efectivamente existe um quadro renascentista no museu do patriarcado e que logo que queiramos ele será devolvido. Entendemos, no entanto, que ele só deve voltar quando estiverem reunidas as condições de segurança necessárias.

Conseguimos, igualmente, uma cópia da lista dos bens (essencialmente alguns "objectos" de prata) que foram retirados da igreja, após a morte do Sr. Padre Castilho, por uma questão de segurança; Esta lista, menciona igualmente o nome do sr. padre a quem foram entregues. Vamos solicitar ao responsável da igreja que tente localizar o paradeiro dos bens.

2.1.3 Convento de Pirescôxe

2.1.3.1 Levantamento de informação e Documentação, Divulgação

.Entrámos em contacto com o Convento da Arrábida para saber se teriam alguma informação sobre o "nosso", uma vez que pertenceu à mesma Ordem.

Não nos puderam ajudar, mas ficaram interessados, uma vez que desconheciam a sua existência, pelo que enviámos a documentação e fotografias que tínhamos em nosso poder.

.Tivemos conhecimento da existência de um pergaminho com iluminuras, datado sec.XVI, que se encontrava em

poder de descendentes da família Castelo Branco e que aparentemente poderia estar relacionado com o Convento. Fizemos fotografias gerais e de pormenor do documento e entregámos uma cópia na divisão de Património Cultural da C.M.Loures e outra no Arquivo Municipal, estando o responsável desta última a proceder à sua tradução. Temos no entanto já a confirmação que se trata de facto de um documento emitido por Roma em 1519 relacionado com a confraria deste convento.

2.1.3.2 Defesa e salvaguarda

Tentativa de inventariar o interior do edifício

Entrámos em contacto com os proprietários para que nos fosse facultada a entrada para fazer o levantamento fotográfico do interior do edifício, com vista a elaborarmos um eventual pedido de classificação. Apesar de termos tentado sensibilizar para a importância desta acção, inclusivé através do envio da documentação que tínhamos em nosso poder, não fomos autorizados a realizá-lo

Estado de conservação e ocupação

.Tivemos no entanto a hipótese de verificar que o edifício não está a ser ocupado, existe apenas um familiar que vai lá regularmente cultivar uma parte reduzida do terreno e que utiliza parte do edifício como "armazém".

O "aspecto" desta utilização apresenta, à primeira vista, uma forma muito próxima de lixeira.

Foi-nos dito pelo filho do proprietário que não tinham nenhum projecto para o edifício nem para os terrenos envolventes. (de salientar a proximidade do edifício com a A1 e a classificação de grande parte da propriedade como RAN)

Foi-nos confirmada a existência de uma Cripta, mas não a de um "carneiro em pedra e de grandes dimensões", que nos tinha sido referido pela população e que eventualmente "foi roubado", conforme nos foi dito.

Igualmente parece ter sido retirada a fonte que em tempos terá existido no centro do claustro, de acordo com os depoimentos que recolhemos

Procura de uma solução

Na tentativa de encontrar uma solução para o convento, e uma vez que em tempos este teve um forte significado religioso, tentámos saber, junto dos frades Agostinhos, que gerem a paróquia de Santa Iria, se estariam interessados no edifício para fazerem a sua sede em Portugal, mas dadas as características actuais do imóvel e envolvente, a hipótese foi rejeitada.

2.1.4 Quinta das Duas Portas

2.1.4.1 Levantamento de informação e documentação

A abordagem desta quinta fez-se a partir do interesse que a mina existente naquela propriedade, conhecida por "fontainhas" nos despertou. De facto, a quinta como propriedade já não existe, porque foi loteada para construção clandestina; No entanto, na zona não edificável existem várias estruturas com interesse, sobretudo estruturas hidráulicas.

Contactos com o proprietário e antigo trabalhador

Dos contactos que tivemos com o proprietário e com um antigo trabalhador recolhemos algumas informações :
-foi-nos fornecida cópia de uma certidão com a evolução dos limites da propriedade e fotografias tiradas há cerca de 20 anos. Entregámos cópias destes documentos na Divisão de Património Cultural.

-Soubemos que foi destruída "recentemente" a entrada da quinta, eliminados um caminho público e uma fonte que serviu em tempos a população de Pirescôxe.

-que o lagar se encontra aterrado num dos lotes.

-que foi aterrada uma casa "muito antiga" a qual tinha ao lado uma escada de pedra em caracol que acompanhava em altura o edifício.

-tomámos conhecimento de uma estrutura hidráulica que atravessa esta propriedade , e que, no nosso entender, impõe um estudo mais aprofundado.

Contactos com técnicos

Fizémos vários contactos e levámos ao local técnicos, incluindo as arqueólogas da Câmara, para nos ajudarem a interpretar e datar as estruturas ainda existentes no local, assim como para nos darem algumas orientações nos caminhos a seguir.

2.1.5 Inventariação do Património da Freguesia

A procura de método

Este será um projecto, tendo em consideração a sua envergadura e amplitude, bem como reconhecendo as nossas limitações, que de certo se prolongará por vários anos, tendo neste, dado os primeiros passos. A primeira dificuldade que tivémos foi em definir o que iríamos inventariar e em seguida qual a metodologia a seguir.

Começámos por proceder à delimitação numa carta da freguesia das "zonas históricas urbanas" "zonas industriais" e "zonas verdes". Decidimos que começaríamos pelas primeiras, e dentro destas pelos Monjões. O critério que presidiu a esta escolha foi o de este lugar não ter sido objecto de qualquer inventariação por parte da Autarquia.

Levantamento de informação na C.M.Loures

Tentámos, também, junto do grupo do PDM de Loures, saber que tipo de registos é que tinham e se os poderiam disponibilizar, de forma a evitar uma duplicação de trabalho. Fomos informados que o inventário estava em actualização e que ainda não estava disponível para consulta. Disseram-nos, no entanto que tinha sido apenas feita uma reavaliação do estado de conservação do património levantado nos anos 80 e que não existiam fichas de inventário.

Apoio de outras Associações

Em seguida contactámos com uma associação -Centro de Arqueologia de Almada- porque tivemos conhecimento que efectuaram um trabalho semelhante a este . Esta associação, nossa congénere, tem uma mais-valia de 30 anos de existência e uma experiência considerável. Este contacto foi muito útil para a definição da metodologia a seguir.

Foi feito também em computador o esquema das fichas de inventário.

2.2Levantamento de património sociocultural

Recolha de testemunhos orais

Ainda não foi este ano que esta acção arrancou de uma forma sistematizada.

Se bem que a ideia inicial fosse recolher "histórias" que pudessem ser passadas a banda desenhada, conforme fomos avançando na objectivação do projecto começaram a surgir outras formas de abordagem, que passaram num segundo momento pela hipótese de realizar entrevistas conduzidas a "fontes conhecidas" na freguesia. Esta hipótese acabou também por ficar pelo caminho uma vez que o responsável pela sua implementação não teve disponibilidade para lhe dar andamento.

No entanto através de outros projectos e contactos informais tomámos conhecimento de "algumas memórias soltas" que valiam a pena ser registadas, independentemente do seu contexto, do uso ou do tratamento que se lhes viesse a dar posteriormente. Concluímos, pois, que a forma de otimizar os nossos recursos talvez fosse aproveitar os contactos com a população, no âmbito de outros projectos, nomeadamente no da inventariação do património, e registar em vídeo as conversas informais, procedendo posteriormente ao tratamento da informação e efectuar posteriormente, se for caso disso, entrevistas mais aprofundadas. Este ano apenas fizemos, de uma forma estruturada, a recolha de dados sobre o Padre Castilho, para a qual contámos com a colaboração da nossa congénere da Póvoa.

2.3 Projecto de educação ambiental

O ponto de partida

A hipótese deste projecto nasceu do interesse e do desconhecimento que as crianças das escolas do 1º ciclo mostram sobre a história da água na freguesia, durante a exposição de fotografias que organizámos no ano anterior. Achámos que seria uma abordagem interessante para a compreensão dos problemas da água na actualidade. Este projecto seria efectuado em parceria com a "Máquina de Subtilezas". À ADPAC caberia o levantamento de informação e a concepção de cartazes que seriam afixados no Parque Urbano, e à outra associação, a criação, realização e representação das peças de teatro, bem como a execução dos cartazes. Este projecto pretendia ser uma proposta para integrar na programação do Parque Urbano a qual acabou por não ser aceite.

A Máquina de Subtilezas avançou com a proposta do projecto de teatro junto de outras Câmaras, tendo-o executado na de Lisboa.

Recolha de informação

Considerando o interesse deste tema, a variedade do nosso património hidráulico e a consciência de que pouco sabíamos sobre o assunto, resolvemos proceder ao levantamento de informação a vários níveis, de forma a estarmos minimamente habilitados a começar a construir um projecto destinado às escolas:

-Contactámos e/ou consultámos e recolhemos documentação em vários organismos, nomeadamente no Instituto da Água, na Epal, na Associação de Recursos Hídricos, nos Serviços Municipalizados de Loures e na Quinta do Conventinho.

-Tomámos contacto com os programas escolares

-Procurámos e retirámos informação da *Internet* relativa a projectos pedagógicos relacionados com a água, elaborados por várias entidades, património hidráulico, legislação nacional e directivas comunitárias, poluição e despoluição, história da água e sua distribuição etc.

-Assistimos ao colóquio subordinado ao tema a "Lei da Água", organizado pela A.R.H, durante o VII Congresso da Água .

-Consultámos artigos na Revista Ambiente.

Tentativa de arranjar parceiros

Tentámos identificar parceiros para o projecto e técnicos que nos pudessem ajudar no levantamento e interpretação do património hidráulico bem como na operacionalização do projecto (o que se tem mostrado uma tarefa difícil)

3-Projectos que constam do plano de actividades e não foram executados

3.1 Maratona Fotográfica

A Adpac tem tentado todos os anos realizar uma actividade que implique uma participação mais ou menos directa da população. Este ano estava previsto realizar-se, no mês de Setembro, a maratona fotográfica subordinada ao tema "Património Escondido".

Não conseguimos concretizar esta actividade em primeiro lugar porque ela estava, em grande parte, dependente do subsídio que deveríamos receber da Câmara em Março, conforme estabelecido nas regras do respectivo regulamento, e que acabou por só estar disponível em Dezembro. Por outro lado, o coordenador deste projecto não tem tido disponibilidade para lhe dar seguimento. Tentaremos assegurar a sua realização, durante o próximo ano.

3.2 "Página Adpac na Internet"

Também não foi possível dar andamento a este assunto, tanto por factores internos como externos - a ADPAC não teve muito tempo para se debruçar sobre a estrutura da página e quem se tinha proposto a executá-la, por motivos profissionais não teve oportunidade de o fazer.

4-Actividades Pontuais/Diversos

4.1 Castelo de Pirescôxe

4.1.1 Defesa e salvaguarda

Numa das visitas ao local apercebemo-nos que estavam a decorrer obras de consolidação das "muralhas" as quais nos levantaram algumas dúvidas, sobretudo relativamente ao tipo de material que estava a ser usado.

Entrámos em contacto com a Autarquia na tentativa de apurar, junto dos responsáveis, se os procedimentos que estavam a ser usados seriam os correctos e se estava a ter o acompanhamento técnico adequado. Apesar de vários contactos não conseguimos obter nenhuma resposta conclusiva, tendo o único facto objectivamente visível sido a interrupção das obras, sem nos ser dada qualquer explicação.

4.1-Participação nas festas de Santa iria

À semelhança dos anos anteriores participámos nas festas de Santa Iria com um stand. A exposição deste ano tinha o objectivo de sensibilizar e informar sobre os deveres e direitos de cada um dos agentes envolvidos na defesa do património. Esta iniciativa representa sempre um momento privilegiado de contacto com os associados e com a população em geral, proporcionando a divulgação da actividade da ADPAC e angariação de novos membros.

4.2-Organização administrativa

Iniciámos a organização do Arquivo através da criação de processos, por projectos e de uma nova estrutura na referência de documentos.

4.3-Alteração das linhas de Alta tensão

Em Julho tivemos, por acaso, conhecimento que ia haver alteração do "traçado" das linhas de alta tensão que atravessam a freguesia (proceder-se-ia à anulação das linhas que atravessavam o Bairro da Portela e as novas iriam ser colocadas em zona não edificável junto ao auto-estrada). Contactámos a Câmara para saber mais pormenores, sobretudo se tinha havido estudo de impacto ambiental e a razão porque que é que as linhas não eram enterradas, uma vez que, apesar de não passarem por cima de habitações, atravessam uma zona urbana e estão relativamente perto das casas. Fomos informados que o período de discussão pública já tinha sido encerrado e portanto, já não poderia haver qualquer intervenção da nossa parte (o que confirmámos com a Associação GEOTA). Disseram-nos, igualmente, que a Autarquia tinha tentado que se procedesse ao enterramento das linhas mas "não tinham conseguido nada". Ainda procurámos conhecer o teor do *Estudo do Impacte a Ambiental*, mas a deslocação que efectuámos a Loures para o efeito mostrou-se infrutífera, dado que o processo não se encontrava no departamento respectivo. Ficámos igualmente surpreendidos quando tomámos conhecimento que a Junta de Freguesia também desconhecia o conteúdo do referido documento. Concluimos pois que o modelo instituído para as ditas "discussões públicas" não têm qualquer valor prático. Parece-nos existir aqui uma área que precisaria de um acompanhamento mais apertado, mas infelizmente não tivemos oportunidade de ir mais além, pelo que ficámos pelos contactos informais com a responsável da câmara pelo departamento respectivo, à qual solicitámos que sempre que existissem casos deste

tipo nos informassem em tempo útil. Pedimos, igualmente, ao "Jornal Regional Triângulo" que efectuasse as diligências que estivessem ao seu alcance para publicarem os anúncios referentes às consultas públicas.

4.4-Levantamento da flora

Durante as festas de Santa Iria fomos contactados por dois jovens que estavam interessados no trabalho da Associação e estavam disponíveis para, pontualmente, colaborar connosco. Tendo em consideração a sua formação (arquitectura paisagística e engenharia rural) lançámos-lhes o desafio de começarem a pensar na construção do projecto de levantamento da flora. O desafio foi aceite mas com a ressalva de que durante os próximos tempos não teriam muita disponibilidade .

4.3-Instalações

Após efectuarmos uma visita às instalações que a Casa Reynolds se disponibilizou para nos ceder temporariamente, e efectuarmos uma avaliação das condições de segurança física do imóvel, resolvemos não avançar com o projecto.

Considerações finais:

Apesar de todos os condicionalismos e de continuarmos a "tactear" o nosso caminho, achamos que não devemos desistir, porque consideramos fundamental a existência, na freguesia, de uma associação com os objectivos da ADPAC. Desta forma, mais uma vez apelamos à participação de todos, para que, em conjunto, sejamos capazes de encontrar um modelo de funcionamento que permita a prossecução dos nossos objectivos de uma forma mais frutífera-**"o caminho faz-se caminhando"** .

A Direcção